



A SINFONIA DA ALDEIA: A MÚSICA ERUDITA COMO PONTE ANCESTRAL NA ORQUESTRA INDÍGENA DE CAMPO GRANDE-MS

VILLAGE SYMPHONY: CLASSICAL MUSIC AS AN ANCESTRAL BRIDGE IN THE INDIGENOUS ORCHESTRA OF CAMPO GRANDE-MS

LA SINFONÍA DE LA ALDEA: LA MÚSICA ERUDITA COMO PUENTE ANCESTRAL EN LA ORQUESTA INDÍGENA DE CAMPO GRANDE-MS

Olinda Beatriz Trevisol Meneghini¹, Carmen Conceição Brites de Eugenio², Luciana do Amaral Rabelo³, Angelo Mateus Prochmann⁴, Etna Marzolla Gutierrez⁵, Cláudio Luís Vasques dos Santos⁶, Ana Lara Camargo de Castro⁷

e747779

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i4.7779>

PUBLICADO: 04/2026

RESUMO

Este artigo analisa a Orquestra Indígena de Campo Grande-MS como um instrumento de resistência e intercâmbio cultural, integrando a música clássica aos conhecimentos ancestrais. Formada por jovens das Aldeias Urbanas Darcy Ribeiro e Marçal de Souza, situadas no Jardim Noroeste, localizadas no bairro Tiradentes, que convertem a música de concerto em uma "ponte" sonora, destacando a identidade indígena e fomentando a interculturalidade. A pesquisa tem como objetivo examinar de que maneira a Orquestra Indígena de MS emprega a música erudita como meio para promover a valorização da ancestralidade indígena e o diálogo intercultural. O estudo qualitativo com enfoque etnomusicológico concentrou-se na participação do grupo de jovens indígenas destas Aldeias, enfatizando a combinação de elementos da música clássica com práticas e conhecimentos tradicionais. A orquestra cria uma nova maneira de se apresentar, em que jovens indígenas incorporam a memória coletiva e o sagrado ao ambiente da música de concerto, funcionando como um meio de socialização e resistência. A ação se estabelece como uma ponte ancestral, na qual a orquestra, única do tipo no Brasil, fomenta a democratização da música clássica e o reforço da identidade indígena, possibilitando o encontro entre a tradição oral e a estrutura musical ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Orquestra Indígena MS. Música Erudita. Ancestralidade. Interculturalidade. Resistência Cultural.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UNIDERP, especialista em Arquitetura Hospitalar pela UNICID, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Graduada em Direito pela UCDB e em Artes Visuais pela UFMS, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

³ Graduada em Direito pela UCDB, mestra em Direitos Humanos pela UFMS, doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

⁴ Graduado em Ciências Econômicas pela UFMS, mestre em Agronegócios pela UFMS e doutorando em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

⁵ Graduada em Terapia Ocupacional pela UCDB, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

⁶ Graduado em Filosofia pela UCDB, mestre e doutorando em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

⁷ Graduada em Direito, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

**ABSTRACT**

This article analyzes the Indigenous Orchestra of Campo Grande-MS as an instrument of resistance and cultural exchange, integrating classical music with ancestral knowledge. Formed by young people from the Darcy Ribeiro and urban villages Marçal de Souza, Jardim Noroeste, Tiradentes, they turn concert music into a sound "bridge," highlighting indigenous identity and fostering interculturalism. The research examines how the orchestra uses classical music to promote the valuation of indigenous ancestry and intercultural dialogue. This qualitative, ethnomusicological study focused on the participation of the youth group, emphasizing the combination of classical music with traditional practices, creating a new way of performing that incorporates collective memory and the sacred, acting as a means of socialization and resistance. The initiative stands as an ancestral bridge, fostering the democratization of classical music and reinforcing indigenous identity by enabling the encounter between oral tradition and Western musical structure.

KEYWORDS: *Indigenous Orchestra of MS (Mato Grosso do Sul). Classical Music (Art Music). Ancestrality (Ancestry). Interculturality. Cultural Resistance.*

RESUMEN

Este artículo analiza la Orquesta Indígena de Campo Grande-MS como un instrumento de resistencia e intercambio cultural, integrando la música clásica con los conocimientos ancestrales. Formada por jóvenes de las Aldeas Urbanas Darcy Ribeiro y Marçal de Souza, situadas en el Jardín Noroeste, ubicadas en el barrio Tiradentes, quienes convierten la música de concierto en un 'puente' sonoro, destacando la identidad indígena y fomentando la interculturalidad. La investigación tiene como objetivo examinar de qué manera la Orquesta Indígena de MS emplea la música erudita como medio para promover la valorización de la ancestralidad indígena y el diálogo intercultural. El estudio cualitativo con enfoque etnomusicológico se centró en la participación del grupo de jóvenes indígenas de estas aldeas, enfatizando la combinación de elementos de la música clásica con prácticas y conocimientos tradicionales. La orquesta crea una nueva forma de presentarse, en la que los jóvenes indígenas incorporan la memoria colectiva y lo sagrado al ambiente de la música de concierto, funcionando como un medio de socialización y resistencia. La acción se establece como un puente ancestral, en el cual la orquesta, única en su tipo en Brasil, fomenta la democratización de la música clásica y el fortalecimiento de la identidad indígena, posibilitando el encuentro entre la tradición oral y la estructura musical occidental.

PALABRAS CLAVE: *Orquesta Indígena MS. Música Clásica. Música de Concierto. Ancestralidad. Interculturalidad. Resistencia Cultural.*

INTRODUÇÃO

A lógica assimilacionista e tutelar que predominou por séculos (especialmente durante o período militar e o Estatuto do Índio de 1973), só foi rompida com a Constituição Federal de 1988 sendo esta um marco histórico na relação entre o Estado brasileiro e os povos originários.

A Carta Magna assegurou o direito às terras que tradicionalmente ocupam, ao reconhecer sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, transformando os povos indígenas em sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias trajetórias. No entanto, a implementação efetiva, na trajetória das políticas públicas indigenistas desde então tem sido



marcada por tensões entre o avanço normativo e a realidade prática, evidenciando um "abismo" entre o texto legal e a prática. A criação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e de avanços na educação escolar diferenciada, a garantia de direitos territoriais, central para a sustentabilidade e sobrevivência física e cultural dessas populações, enfrenta retrocessos significativos, evidenciados pela morosidade na demarcação de terras, conflitos com o agronegócio e a constante ameaça de teses jurídicas como o "marco temporal".

O objetivo do estudo sobre a Orquestra Indígena de Campo Grande-MS é analisar a música erudita como uma "ponte ancestral", unindo a música clássica ocidental e das tradições indígenas (Terena e Guarani). A iniciativa destaca a música como ferramenta de valorização cultural, resistência e fortalecimento da identidade indígena, além de atuar como inclusão social para crianças e adolescentes das aldeias urbana Darcy Ribeiro e Marçal de Souza, conforme descrito no site da Orquestra Indígena. O estudo se justifica pelo desafio para a atual gestão pública no cenário atual (2024-2025) aponta para a necessidade de políticas específicas para o contingente de indígenas que vivem fora das terras tradicionais. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica e documental num estudo qualitativo com enfoque etnomusicológico concentrando-se na participação do grupo de jovens indígenas destas Aldeias, enfatizando a combinação de elementos da música clássica com práticas e conhecimentos tradicionais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O processo colonial brasileiro baseou-se na usurpação de territórios nativos, marcado pelo desrespeito à organização sociocultural indígena. Essa desconstrução das sociedades originárias foi fundamental para a imposição da lógica colonial portuguesa. Segundo Santos, (2019) Ao longo de nossa história os povos originários foram submetidos a diferentes políticas do Estado Brasileiro, porém elas não garantiam o futuro dos povos enquanto possuidoras de cultura diferenciada.

O Brasil é um país rico em diversidade étnica, social e cultural. Essa pluralidade, no entanto, nem sempre foi reconhecida social e legalmente e, muito menos, problematizada. Até a década de 1980 as políticas públicas dominantes, conceberam os indígenas como incapacitados (tutelados ao Estado) ou como objeto de catequese e de instrução. As comunidades tradicionais permaneciam na invisibilidade para a maioria dos brasileiros. Com as organizações sociais ganharam visibilidade, esse quadro mudou os movimentos passaram a denunciar relações de dominação, formulando propostas alternativas e assumindo identidades que foram negadas historicamente, Campos *et al.* (2019).

A luta desses movimentos e de seus aliados repercutiu na redefinição conceitual e pragmática das relações entre o Estado e os povos originários, concretizada na Constituição



Federal do Brasil de 1988, que estabeleceu o paradigma do reconhecimento, manutenção e proteção da sociodiversidade indígena nas políticas públicas (Brasil, 2012, p. 4). É nesse contexto que as políticas de ações afirmativas ganham formulações mais objetivas, com destaque especial para as proposições relativas aos negros e indígenas, pois “cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo” (Silva, 2009, p. 41).

Campos *et al.* (2021) indicam pesquisas em vários países da América Latina que apontam a violência, a perda de territórios tradicionais e a busca por educação, saúde e trabalho assalariado como variáveis-chave no desencadeamento da migração para o ambiente urbano entre os indígenas. Este estudo apresenta uma análise dos padrões migratórios dos indígenas no Brasil, comparados aos não indígenas, com base nos dados do último censo nacional, realizado em 2010.

O Censo o IBGE 2022 registrou 1,69 milhões de indivíduos autodeclarados indígenas no Brasil dos quais 780.090 ou 46,03% vivem na zona rural e 914.746 ou seja 53,97%. Amazonas tem o maior número de indivíduos chegando a 490.854 seguido pela Bahia com 229.103, Mato Grosso do Sul com 116.346, seguido do Pernambuco 106.634 e Roraima 97.320.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo IBGE, o município de Campo Grande (MS) possui a 3ª maior população autodeclarada indígena.

Alguns pontos importantes destacados pelos dados: A população indígena no Mato Grosso do Sul teve um crescimento expressivo, dobrando em 12 anos. Campo Grande concentra a maior população indígena entre os municípios de Mato Grosso do Sul, seguida por Dourados.

As Aldeias Urbanas da capital possuem uma presença feminina significativa, com sete comunidades principais lideradas por cacicas:

Aldeia Urbana Água Bonita – cacica Aliscinda Tibério;

Comunidade Indígena do Caiobá – cacica Dorilene Moreira;

Comunidade Indígena Inamáti Kuxonéti – cacica Dayane Maidano Barbosa;

Comunidade Indígena no Bairro Guanand – cacica, Lurdes Polidório;

Comunidade Indígena Dalva de Oliveira – cacica Maria Relinda Euzébio;

Comunidade Indígena Peyó Kaxé – cacica Helena Moreira;

Comunidade Indígena Roda Velha – cacica Cleuza Pereira da Costa

A figura 1 apresenta a localização das Aldeias Urbanas dentro das macrorregiões da cidade de Campo Grande/MS. Embora há presença de moradores indígenas em todas as macrorregiões da cidade, as AUs estão localizadas em algumas regiões, sempre em contexto de periferia, às margens da cidade.

Figura 1. Localização das Aldeias Urbanas em Campo Grande/MS



Fonte: Autoria dos autores do artigo.

A taxa de alfabetização de indígenas de 15 anos de idade ou mais é 15,05%, enquanto da população de Campo Grande é de 2,73 a 2,93% da população de 15 anos de idade ou mais.

Especificamente na Macrorregião Urbana do Prosa a implantação da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro criada pelo poder público nos anos 2000, é considerada um marco fundamental na política habitacional e cultural para os povos indígenas em contexto urbano.

Esta aldeia Urbana representa um espaço de resistência, "reexistência" e valorização cultural.

Cultural e linguisticamente, as etnias representam uma soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimentos, de filosofias originais, construídos ao longo dos tempos e que merecem políticas públicas pertinentes (Ferreira e Silva, 2013).

Um dos pontos muito positivos no campo das Políticas Públicas Culturais, cita-se a II Conferência Nacional de Cultura, em 2010, onde um dos cinco eixos temáticos era sobre a economia criativa com base em três vertentes: financiamento da cultura, sustentabilidade das cadeias produtivas e geração de trabalho e renda dos povos originários. Essa foi a primeira vez



que o termo constou de um documento público federal. Ao estabelecer como princípio a “colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura.

Na Emenda Constitucional n° 48, merece destaque a promulgação, em 2005, que previu a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio do qual, se consolidou o caráter nacional da política cultural. Para alcançar os objetivos previstos, o Plano previu a elaboração de metas voltadas para a construção do cenário desejado para a cultura em 2020 (Madeira, 2014, p. 194).

Testemunha-se a construção de um novo país, com distribuição de renda, democratização, enriquecimento de nossa identidade nacional e o reconhecimento de nossa diversidade cultural. (Abreu e Cordioli, 2011).

Foi garantido pela Constituição Federal de 1988, o direito à cultura, à diferença, à diversidade cultural e à uma educação escolar própria para os povos originários.

Trata-se, inclusive, de direito assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 1948); pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007 (ONU, 2008); pela LDB (Lei 9.394, de 1996) (BRASIL, 1996), bem como por outros acordos nacionais e internacionais que vislumbram aliançar o direito à educação como um direito humano e social.

As instituições predominantes nessas discussões constituem-se de organizações multilaterais e governos, atuando de forma articulada no processo de construção de políticas públicas para as cidades. A partir desse cenário de evolução nas políticas públicas voltadas para a preservação da Cultura Indígena, verificamos em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, movimentos importantes na área sociocultural, que aqui é apontado como uma forma positiva de enfrentamento às adversidades.

Como exemplo, citamos relevante projeto que surgiu em 2015, a partir de convênio de parceria da Fundação Ueze Zahran com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e com o Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena – ITC para desenvolver o projeto da Orquestra Indígena com crianças e jovens da Aldeia Indígena Urbana Darcy Ribeiro do Jardim Noroeste em Campo Grande, que já atendeu mais de trezentos alunos no contraturno escolar, semanalmente nos períodos matutino e vespertino.

A Orquestra Indígena nasceu de um projeto social de ensino musical concebido e desenvolvido pelo Maestro Eduardo Martinelli desde o ano de 2016, através da Fundação Ueze Zahran, na Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, localizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Este projeto, surgiu com o principal objetivo de proporcionar a inclusão social de crianças e adolescentes indígenas através da música, propiciando conhecimentos teóricos e práticos,

despertando a diversidade artística e a interação social, gerando autonomia e competência para que os alunos sejam protagonistas de suas histórias, multiplicadores de conhecimentos, possibilitando, principalmente, sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo Eugenio (2024), o Jardim Noroeste, um bairro com alto índice de exclusão social, segundo o Mapeamento dos Índices de Inclusão e Exclusão Social em Campo Grande – MS, o grupo de adolescentes tem encontrado na música um meio de transformação de vida e muitos alunos demonstram interesse em seguir carreira profissional na música. O projeto acompanha esses jovens até o pré-vestibular, encaminhando-os para cursos de graduação em música.

O grupo atua no resgate e preservação das tradições indígenas, músicas do cancionero brasileiro, do Pantanal Sul-mato-grossense e para isso, firma inúmeras parcerias com artistas, projetos e orquestras de destaque nacional.

A Orquestra Indígena destaca-se por ser o único grupo do tipo no Brasil focado em música de concerto. Com suas apresentações, a Orquestra Indígena busca difundir para o mundo a importância da preservação ambiental e a mensagem de que a cultura é um ponto fundamental de encontro e respeito entre todos os povos, na (figura 2) a adolescente recebendo as primeiras aulas.

Figura 2. Adolescente recebendo as primeiras aulas de violino



Fonte: foto divulgação.



Com a coordenação geral do Maestro Eduardo Martinelli, Maestro da Orquestra Sinfônica Municipal de Campo Grande (Figura 3), o grupo tem se destacado por sua habilidade musical e por ser o único grupo indígena no Brasil que toca música erudita.

Importante lembrar que a música é uma forma dos seres humanos expressarem sentimentos através de sons artisticamente combinados é parte integrante da vida do homem e veículo universal de suas emoções. É a capacidade que consiste em saber, ou a ciência que pertence aos domínios da acústica, modificando-se esteticamente de cultura para cultura. Seja qual for o propósito da música, ela fala de suas emoções, está sempre relacionada à experiência do próprio homem, e agindo dentro de seus limites sensoriais.

Em 2025, o grupo realizou uma turnê internacional (Lisboa, Madeira, Barcelona), com o espetáculo "Arapy Aguasu – Sinfonia Entre Dois Mundos", em alusão ao bicentenário do Tratado do Rio de Janeiro, conforme a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e o G1. A viagem foi possível a partir de projeto aprovado em editais com recursos federais.

Dados da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, a orquestra realiza concertos com um repertório que mistura músicas do Pantanal, cancionero brasileiro e tradições indígenas. Em dezembro de 2025, tocou com o maestro João Carlos Martins em Campo Grande.

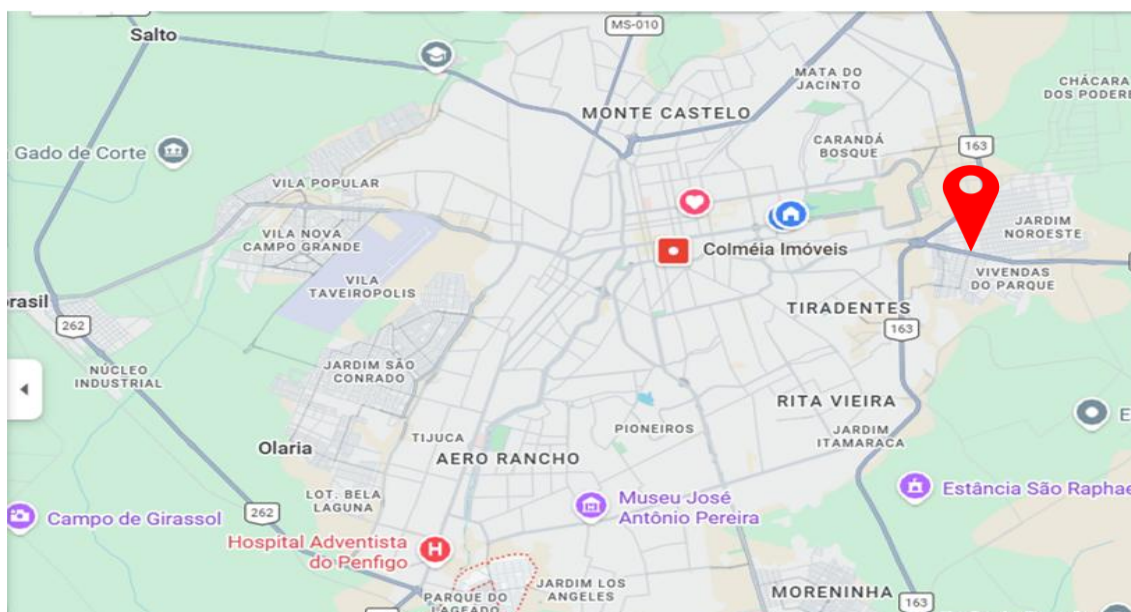
A orquestra fica sediada na Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, situada na região noroeste de Campo Grande, MS, mais especificamente no bairro Jardim Noroeste, foi implantada em 2007 para oferecer moradia a famílias indígenas. A comunidade é composta por cerca de 98 casas, abrigando etnias Terena e Guarani, e é liderada pelo cacique Abel.

O grupo, da Fundação Ueze Zahran, uniu ritmos tradicionais Terena com música clássica em palcos de Lisboa, Ilha da Madeira e Barcelona.

Conhecido por abrigar o Instituto Penal de Campo Grande, o bairro Jardim Noroeste, em Campo Grande (Figura 6), foi loteado pela primeira vez há 56 anos. O bairro ficou esquecido por vários anos, a chegada das infraestruturas básicas no bairro demorou.

A região passou a ser habitada em 1989, quando quatro famílias resolveram acreditar, e começaram a povoar a região que anos atrás chegou a ser conhecida como "Jardim Faroeste". No início, faltava o básico para os moradores. Sem água encanada e sem energia elétrica, a situação não foi nada fácil. Hoje é uma área em processo de expansão e valorização, localizada próxima a bairros nobres, mas que ainda enfrenta desafios de infraestrutura.

Figura 3. Localização do Jardim Noroeste



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Parque+do+Lageado,+Campo+Grande+-+MS/>

A região tem atraído investimentos, novos comércios e melhorias na pavimentação, superando preconceitos e consolidando-se como uma área com grande potencial. Considerado um dos maiores vazios urbanos, o bairro está próximo a regiões ricas da Capital. A região tem recebido obras de pavimentação, drenagem e sinalização para melhorar a mobilidade.

2. MÉTODOS

A metodologia empregada foi a revisão da literatura concernente às temáticas subjacentes a este estudo. Subsequentemente, foi efetuada uma pesquisa documental, fazendo uso de fontes primárias e secundárias, levantamento bibliográfico, com o intuito de aprofundar a compreensão das relações culturais, identitárias e afetivas que permeiam o ensino da música erudita como ponte ancestral na orquestra indígena de Campo Grande-MS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nossa música de concerto clama por atenção e difusão. Temos um abismo que atravessa séculos, do colonial ao contemporâneo, que precisa ser preenchido.

O problema é estrutural: estudar teoria e escrita musical no Brasil ainda é difícil, com ensino limitado a poucas instituições públicas ou privadas e mal distribuído geograficamente.



Hoje, a formação musical acaba sobrevivendo, em grande parte, graças a iniciativas locais, como por exemplo as igrejas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados estatísticos, constatamos que a falta da educação formal e profissional para a população indígena o mercado de trabalho é escasso. Por outro lado, é preciso políticas públicas voltadas para ampliação do mercado de trabalho destes jovens. As políticas públicas têm papel fundamental para fomentar e induzir a inversão desse cenário, com ações voltadas à ampliação da edição de partituras e registros sonoros e audiovisuais e o aumento da oferta de cursos de formação técnica, profissional e superior. Além disso, é preciso dar apoio ao aprimoramento abordagem holística, abordagem que considera o todo em vez de partes isoladas, compreendendo que um sistema deve ser analisado como uma totalidade, onde as partes interagem, constituir redes de salas para a circulação de espetáculos, estimular a difusão musical na mídia e no sistema de ensino formal e promover a organização, preservação e pesquisa de acervos.

O projeto é de grande importância cultural, artística e educacional, uma vez que a Orquestra tem foco em crianças e adolescentes indígenas das aldeias. O acesso é gratuito e fornece os instrumentos musicais (violino, violoncelo, percussão, sopro) e o ensino musical sem custos. Para participar da Orquestra Indígena em Campo Grande (MS), é requisito ter interesse musical, disponibilidade para os ensaios e, em alguns casos, vínculo escolar, já que o projeto oferece ensino gratuito, instrumentos e fomento à cultura tradicional, atendendo a mais de 150 participantes. As inscrições e seleção das aberturas de vagas são divulgadas pela imprensa local e redes sociais. O projeto Orquestra Indígena é uma iniciativa que fortalece a identidade indígena por meio da música, transformando instrumentos em pontes entre culturas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; CORDIOLLI, M. (Orgs.). Projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020). Brasília, Câmara dos Deputados/Comissão de Educação e Cultura, 2011. 107p.

AGRAER Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. Disponível em <https://www.agraer.ms.gov.br/com-1163-mil-em-ms-estado-dobrou-populacao-indigenas-em-12-anos/Acesso> em 22 de março de 2026

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

CAMPOS, M. B.; SANTOS, R. V.; VILELA, E.; NORONHA, C. A.; SILVA, L. O.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A.; BASTOS, J. L.; WELCH, J. R. Indigenous migration patterns in Brazil based



on the 2010 national demographic census: analysis and critical reflection. SN social sciences, Cham, v. 1, n. 10, p. 1-21, 2021.

EUGENIO, Carmen Conceição Brites de. A contribuição das políticas públicas culturais para o desenvolvimento local em Campo Grande-MS. 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2020: Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, RJ, 10 de agosto de 2012b. Disponível em <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013>> acesso em 24 de setembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. 32p.

FERREIRA, E. V.; SILVA, I. B. A Educação Escolar Indígena: Avanços e Perspectivas. Revista Eletrônica S@aber, Londrina, v. 20, p. 1-12, 2013. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_24_1364870809.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Fundação Nacional de Artes FUNARTE https://www.gov.br/funarte/pt-br/aceso-a-informacao-lai/receitas-e-despesas/relatorios-anos-antecedentes/2007/relatgestfunarte2007_compressed.pdf

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas Nações. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas, 2008. 22p.

Perfil Socio econômico de Campo Grande/MS 2020
<https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2020/10/PERFIL-COMPLETO-PDF.pdf>

SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, 264 p. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9.

SILVA, Carlos Cardoso. A didática na perspectiva fenomenológica. 2009. 275f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Fundação Ueze Zahran. Orquestra Indígena de Campo Grande. 2020. Disponível em <<https://fundacaozahran.org.br/index.php/orquestra-infantil-indigena-de-campo-grande/>> acesso em 24 de setembro de 2025.